

O Sistema revolucionário contemporâneo

ARTUR JOSÉ ALMEIDA DINIZ

Professor da Faculdade de Direito da UFMG
e Pró-Reitor de Pós-Graduação

Seria temeridade descrever o sistema revolucionário atual. A magnitude dos dados, a complexidade das forças em jogo, o cipoal de interesses múltiplos desanimam qualquer esforço sistematizador. Entretanto, há certos postos cardeais que nos podem orientar. Um deles é o fracionamento da política interna dos Estados da comunidade internacional em dois pólos rivais. Isto é, todos os Estados, por mais distantes que estejam dos centros de decisão, por mais atrasados que se encontrem, tomando-se por referência o modelo dos países "desenvolvidos", foram atingidos por um "malaise" ideológico.

Por influência dos dois poderosos *centros de irradiação*, Moscou e Washington, estabeleceu-se verdadeiro maniqueísmo, político. Embora seja excessivamente simplista a tentativa de análise, possui ao menos a virtude de esclarecer certa fase dos conflitos. A consequência desse maniqueísmo ideológico, vivido mais ou menos intensamente por todos os Estados é de se provocar atitudes de radicalismo crescente. Para maior complexidade, as cisões dentro dos blocos ideológicos já se tornaram freqüentes. O sacrifício do Cambódia, o martírio do povo vietnamita se originam das filigranas de interpretações ideológicas da doutrina comunista. Milhões de seres são sacrificados por uma exegese insana. Custa-nos admitir as cifras dos mortos. O simples ato interpretativo por partidos pode significar o extermínio de milhões de seres inocentes. Como explicar essa paranóia que atinge dimensões apocalípticas?

O esforço interpretativo é complexo. Inúmeros fatores, dados muitas vezes contraditórios nos auxiliam na tentativa

em se compreender parte ínfima deste vasto sistema revolucionário. Entretanto, certas análises já foram realizadas, o que nos pode oferecer trilha razoavelmente segura na selva de conflitos... literalmente selvas urbanas e rurais.

Conceito que nos é de utilidade provém da análise da passagem das sociedades tradicionais para as sociedades industrializadas. Por sociedades tradicionais deve ser compreendida toda uma vasta rede de lealdades ao poder central, a comunidade rural sendo ainda forte, a concentração urbana sendo relativamente fraca. Outra característica da sociedade tradicional é a vivência dos modelos patriarcais (ou mesmo matriarcais, em diminutas comunidades) onde o indivíduo é protegido por vasto ritual de parentesco, de relações familiares, religiosas, de trabalho comum, onde sua identidade é a identidade do grupo ao qual pertence. Na sociedade tradicional todos os papéis e funções sociais possuem um entrosamento de tal modo funcional que poderia ser comparada a uma membrana protetora que envolvesse os seus membros. O quadro de profissões, ou melhor, das habilidades peculiares a cada família ou grupo é ciosamente preservado. A tradição é vivida em termos existenciais e não simplesmente "folclóricos" no sentido de conhecimentos sem vivência. A estabilidade dessas sociedades tradicionais, diversas, infinitamente complexa e variada em suas várias espécies, pode ser descrita como sendo milenar. O impacto colonizador que se inicia no séc. XIV, partindo da Europa que vive então a sua primeira revolução tecnológica, vai erodir as sociedades tradicionais dos continentes africano, americano e asiático. Mas o paroxismo da crise pode ser colocado no século atual, quando os conflitos inerentes a sociedade industrial se alastraram em escala planetária.

A sociedade industrial pode ser descrita, entre outras inúmeras facetas, como sendo a vivência despersonalizada de seus membros. A fantasia de uma liberdade dos laços familiares, o encanto da vida urbana, o emprego na fábrica, na usina, mesmo na repartição que não deixa de ser uma fábrica "burocrática" de papéis vai logo se transformar num pesadelo de solidão, de isolamento, fracionando seus participantes em sua harmonia

íntima, contribuindo para a angústia coletiva: estado normal dos meios urbanos desse nosso "fin-de-siècle".

A passagem das sociedades tradicionais para o modelo das sociedades "industrializadas" (o que é um mito, segundo veremos ao analisarmos a falácia das empresas transacionais) é fato gerador de conflitos que podem ser analisados sob dois aspectos: o individual e sob o aspecto coletivo. A análise dos conflitos a nível individual é feita pela Psicologia, melhor, pela Psicanálise. A obra monumental de Freud constituiu-se na descoberta de novo continente: o mundo interior. Nunca será demais insistir na leitura de seus trabalhos geniais, que podem ser vistos como uma propedêutica contemporânea.

Assim como Marx nos desvendou o continente do Econômico, em sua crítica genial à Economia Política Clássica, assim também Freud rasgou as trilhas para os "sertões" do interior do ser humano, obra que se vê timidamente analisada em nossos dias, as pressões negativas, que existiram ao tempo de Freud, tendo se tornado mais atuantes.

A raiz do sistema revolucionário atual jaz o que Freud nos descreveu como sendo uma "inclinação para a agressão". Meditar em seus trabalhos proféticos é munir-se de roteiro seguro na visita aos meandros do presente. Num texto chave para a atualidade, vai ele analisar parte da etiologia dos conflitos atuais.¹

1. «Quando outrora o apóstolo Paulo postulou o amor Universal entre os homens como fundamento de sua comunidade cristã, uma extrema intolerância por parte da cristandade para com os que permaneceram fora dela tornou-se uma consequência inevitável. Para os romanos, que não fundaram no amor sua vida comunal como Estado, a intolerância religiosa era algo estranho, embora, entre eles, a religião fosse de interesse do Estado e este se achasse impregnado dela. Tampouco constituiu uma possibilidade inexequível que o *sonho de um domínio mundial germânico* exigisse o *anti-semitismo* como seu complemento, sendo, portanto, compreensível que a tentativa de estabelecer uma civilização nova e comunista na Rússia encontre seu *apoio psicológico* na perseguição aos burgueses. Não se pode senão imaginar, com preocupação, sobre o que farão os soviéticos depois que tiverem eliminado seus burgueses». (FREUD, S. *O mal estar na civilização*. Rio, Ed. Imago, 1974 (Pequena coleção das obras de Freud, livro 8, p. 75). Ênfase acrescentada.

Sua clarividência dos conflitos potenciais é bem grande. Do poderoso centro de irradiação do socialismo, partem as idéias-mestras que sedimentam a ideologia do comunismo. Embora a querela revisionista que fracionou o bloco ideológico comunista tenha provocado cisões, a ideologia opõe-se unânime e vigorosamente às outras ideologias, sejam elas a do capitalismo, que é seu antônimo, sejam as formas comunais de organização política, sejam formas tribais, quando estrutura do poder repousa na religião, ou melhor, sejam manifestações de economia pré-capitalista.

Ao mencionarmos as causas dos conflitos, o vocábulo "ideologia" é uma constante. Conviria tentar decompor-se o significado quase mítico desse vocábulo. A raiz da palavra está "idéia". Num texto sobre o "Estado, o Mito e a Ideologia", Roland Maspétiol vai chamar nossa atenção para o fato de que Ideologia é uma das raras palavras da língua francesa cuja certidão de nascimento é levantada com precisão. Foi proposta em 1796, num memorial sobre a faculdade de pensar, dirigida ao Instituto por Destutt de Tracy, cujo "Projeto de elementos de Ideologia (ano IX — 1801) teve grande repercussão.²

Mas foi Marx quem dotou a palavra ideologia com foros de cidadania, ao contrapor ao idealismo alemão a realidade concreta dos fatos, "homens concretos", "processos vitais reais", como "desenvolvimento dos reflexos ideológicos".³

Mais recentemente Karl Rahner desenvolverá o conceito de ideologia, ressaltando contudo, não ser o Cristianismo uma ideologia, pois, ideologia é o estabelecimento de objetivos práticos e sociais, "absolutização de aspectos parciais da Realidade como um todo".⁴

2. MASPÉTIOL, Roland. «L'Etat, le mythe et idéologie», Archives de Philosophie du Droit; Paris, (19), 1974, p. 339-355.

3. MANN, Golo. *Karl Marx, 1818-1968*. Bad, Internationes, 1968.

4. RAHNER, Karl. *Zur Theologie der Zukunft*. München, DTV, 1971, p. 94. Convém também citar a obra de MANHEIM, K. *Ideologia e Utopia*. Tra. Sérgio Santeiro, Rio, Zahar, 1968 e WAXMAN, Chaim, I. ed. *The End of Ideology Debate*. New York, Funk & Wagnalls, 1968 (dedicado à memória do Reverendo Dr. Martin Luther King Jr., 1929-1968).

Numa entrevista a Marco d'Erano sobre a crise do marxismo, Levy-Strauss declara que o que caracteriza e delinea a ideologia é a "legitimidade histórica". E alerta os cientistas políticos para a oposição secular entre a China e a Rússia, bem como as revoluções no Sudeste Asiático. Conclui que embora a ideologia explique parte dos conflitos, ela "jamais reinará sozinha".⁵

A ideologia constitui-se em poderoso condensador das forças políticas dispersas, o que ainda não foi convenientemente bem estudado ou explicado. A passividade europeia ante o delírio nazista constitui ainda um enigma em nossos dias. O sistema revolucionário atual, tendo começado com a catástrofe de 1914, iniciou um conflito brutal. Embora os conflitos sejam necessários às mudanças e renovações da sociedade política, a experiência vivida no extermínio de um povo, desorienta qualquer esforço analítico. Poderíamos, quando muito, tentar enxergar na atividade predatória das monarquias europeias exercida nas colônias africanas, americanas e asiáticas um ensaio funesto. A chacina do povo azteca, maya, o tráfico de escravos africanos, a crueldade sistemática da burocracia metropolitana poderiam ser descritas como prelúdio à tragédia europeia que se inicia em 1914.

Torna-se difícil separar a atividade colonial daquilo que sucedeu na Europa em 1933 a 1945... e o aparecimento do que pode ser descrito como sendo o universo concentracionário atual. Mas este universo concentracionário foi vivido antecipadamente pelas sociedades coloniais. A voracidade e exploração sistemática foi a principal característica do comportamento europeu com relação às colônias. O tráfico de escravos, a vivência pela sociedade brasileira de um regime cruel de escravatura deixaram cicatrizes profundas em nosso perfil espiritual. Os horrores que atualmente estamos presenciando são fruto de vícios seculares de desrespeito à dignidade do ser humano. Mesmo os conflitos que ensanguentam o Sudeste Asiático são fruto da perversidade colonial. François Pon-

5. *O Estado de São Paulo*. 8 de julho, 1979, 7º caderno.

chaux⁶ nos descreve minuciosamente o drama do Cambódia, do Laos, herança da Indochina francesa. As vicissitudes dos povos dessa região, o espectro trágico do conflito vietnamita, os horrores vividos por essas populações são o fruto da ideologia européia do século XIX! Torna-se mais mortífera, ainda, a vivência dessa ideologia pela ambigüidade dos dois atuais pólos de irradiação. Mas a violência sistemática vivida por nossos contemporâneos é o amadurecimento de uma brutalidade inaudita, exercida na colônia, aliada à fantasia de que esse modo de ser jamais contaminaria a metrópole. Os descobrimentos espanhóis e portugueses são também analisados sob o ponto de vista dos colonizados na obra de Eduardo Galeano⁷ que é fundamental para conhecermos os pródromos do universo concentracionário atual, que se alastra como a peste negra. Será inútil discutir-se a paz entre os povos, com tantos conflitos avassaladores a desfigurarem a própria idéia de civilização. O termo Civilização do Terror descreverá melhor nossos dias. Em meio aos aspectos mais deprimentes do quadro atual, idéias de simplicidade, retorno à vida frugal, de pobreza racional, de combate à opulência insana são vividos de modo caricato. Assim, “em 17 de abril de 1975 uma sociedade esboroou-se e outra está nascendo sob o impulso de uma revolução que, sem contestação, foi a mais radical, jamais realizada em tão curto espaço de tempo... mas o extremo é desmedido, irmão da demência e neste projeto de sociedade, e que se torna o homem? O imobilismo e a corrupção foram substituídos pela frenesi da produção e pela histeria da purificação... Para aprender a nova arte de viver, número incontável de vivos perdeu a vida”.⁸

A capital do Cambódia, Phnom-Phen, de uma população de dois milhões e meio foi reduzida, da noite para o dia, para vinte mil habitantes amedrontados e desorientados. Onde a

6. PONCHAUX, F. *Cambodge année zéro, documento*. Paris, Juliard, 1977.

7. GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Trad. de Galeno de Freitas. Rio, Ed. Paz e Terra, 1979.

8. PONCHAUX, F. *Op. cit.*, p. 229.

Resistência? A contra-revolução de fevereiro de 1979 não modificou o terror e a matança: golpes e contra golpes e círculo infernal das revoluções. Onde a noção de seres humanos? O grande perigo é o alastramento desse método de migração em massa utilizados por Stalin. O bolchevismo de Stalin e o nazismo de Hitler, segundo o julgamento de Hannah Arendt, sendo meras variações sobre um mesmo tema. Ajunte-se à passividade das vítimas a passividade dos Estados. No caso, as teorias de soberania e da auto-limitação dos povos entram em jogo difícil e confuso.

Numa análise de conceito de soberania Jacques Maritain vai nos auxiliar a compreender parte das tragédias de nosso tempo. O conceito de soberania, habilmente trabalhado (e criado) por Jean Bodin, Maquiavel, Hobbes e Rousseau, tornou-se o grande instrumento jurídico dos monarcas, desejosos de se libertarem das responsabilidades do poder. Responsabilidade de serem fiscalizados pelos súditos. O Príncipe, mandatário dos súditos, por infidelidade ou traição dos mesmos, teria seu mandato revogado. Assim, podemos compreender a história da soberania como o desenvolvimento do absolutismo. O poder do monarca cristalizou-se na fórmula atribuída a Luis XIV.

No período revolucionário vivido pela França, em 1789, o desaparecimento da monarquia, entretanto, criou um hiato de conseqüências funestas. A nação e os vários nacionalismos disputam o cetro da soberania. A Europa tinha sido, até aquela época governada por uma aristocracia verdadeiramente cosmopolita, o que evitou desvios nos conceitos de nacionalidade. As casas reinantes, verdadeiramente "multinacionais", reforçavam a idéia de uma "nação européia". Com o estabelecimento da república, a idéia de Nação vai assumir conotações restritas, xenófobas quase, iniciando pontos de conflito que explodiriam mais tarde. A busca do Estado pelos publicistas alemães, o estudo dos poderes do Estado pelos franceses vão reforçar a figura do Estado leigo, poderoso, soberano. Jacques Ellul em sua obra, *Histoire des Institutions* possui um capítulo sugestivo para a consolidação e (paradoxo) da absorção da revolução

francesa pela burguesia: Ditadura Militar e Apogeu do Estado.⁹

Ao se buscar a base do Estado fortemente centralizado, liberto das forças contestadoras, centrífugas, olvidaram-se conceitos preciosos de um direito que refletia velhíssima história das várias províncias francesas, a idéia de comunidades (a lei de Chapelier de 1791 elimina quaisquer organismos entre o indivíduo e o Estado). A substituição do regime jurídico das *Ordonnances*, que traduziam a riqueza da tradição jurídica das várias regiões da França pelo Code Civil, lapidar, centralizador e absoluto, explica-nos parte da visão do Estado de nossos dias. O excessivo cuidado em se homogeneizar a França foi a obra da burocracia napoleônica. Tal político determinou o ordenamento de absolutismo. A revisão administrativa francesa, que inspirou nações sem conta, transmitiu, intacto, o velho "direito do príncipe" já encarnado no Estado, que no fundo é a velha "lei mental" dos monarcas portugueses. O poder central pode tudo... desde que planejado e regulamentado. Sob a fachada de princípios lógico jurídicos, o direito administrativo de grande número de nações realizou o velho sonho dos monarcas absolutistas: *rex est imperator in regno suo*.

Em Direito Internacional Público, o estudo da soberania e, principalmente o da auto-limitação e reconhecimento dos Estados trazem a tona bagatelas jurídicas de um pensamento ainda impresso sob o modelo absolutista e colonialista. As tergiversações por ocasião do martírio de Biafra, que possuía muito melhores condições do que Bangla-Desh para ser reconhecida como Estado independente, demonstram os interesses colonialistas, hoje interessados na preservação lucrativa do tráfico de armas. A obra magistral do prof. Jean Salmon é definitiva a respeito e nos lança mil dúvidas com relação a conceitos falsamente estabelecidos no problema de reconhecimento do Estado.¹⁰

9. ELLUL, Jacques. *Histoire des Institutions*. Paris, P.U.F., 1956, 3v., v. 3, capítulo 4.

10. SALMON, Jean J. A. *La-Reconnaissance d'Etat*. Paris, Armand Colin, 1971.

A doutrina da soberania pode ser descrita como uma ideologia, no sentido da vivência total de uma idéia, realizada tanto na teoria quanto na prática, tendo por objeto a busca efetiva do poder total. A soberania, que pode ser irmanada ao absolutismo, é a ideologia do poder.

A ideologia da soberania comporta uma dupla análise. De modo descritivo pode ser dito que existe uma soberania real, efetiva, partilhada por bem poucos Estados. Existe uma outra, meramente formal, traduzida por ritos externos de respeito aos Estados. O cuidado dos ritos formais impede e obscurece divisar o verdadeiro sentido da soberania, ausente em grande maioria dos Estados da comunidade internacional. Homenagens aos pavilhões das diversas Nações, o tratamento aparatoso aos líderes em visita aos grandes centros decisivos da política internacional, divulgado didaticamente pela imprensa do país visitante, o cerimonioso tratamento oficial (a velha recepção da corte), os sinais exteriores de respeito obnubilam o verdadeiro jogo do poder, velha disputa de se saber qual o principal lugar à mesa, genialmente descrito por Cervantes, resolvida por onde se senta "el Duque". A soberania formal vivida pela maioria dos Estados, é visível apenas no seio da comunidade interna de cada país. O Estado, possuindo o monopólio da coerção, cataliza o consenso. Bem poucos realizam o pleno exercício da soberania no meio-ambiente internacional. A vivência integral da soberania pelos Estados, na comunidade internacional provocaria número imenso de conflitos. Nesse sentido, a análise, em Relações Internacionais, das gradações de poder entre os participantes da comunidade internacional detectará grande parte da fonte dos conflitos atuais.

Quando se analisa o comportamento das monarquias durante o Congresso de Viena de 1815, percebe-se que bem poucos os soberanos detinham real soberania. Bem poucos participaram diretamente das negociações dos destinos da Europa. Atualmente, ao se examinar os grandes princípios do comércio internacional, também se conclui pela exigüidade dos Estados realmente detentores do poder de decisões. A angústia crescente, criada pelos índices inquietantes de uma inflação mun-

dial, e o espectro da deterioração dos meios de troca é a prova da exigüidade dos participantes soberanos na comunidade internacional, no quadro de decisões de interesses vitais às Nações. Acrescente-se que se trata de uma interdependência, não baseada no consenso, mas em dependência econômica abjeta. A noção contemporânea de soberania limitada é parte do jogo violento, anormal da Realpolitik.

Os horrores vividos pelos vários países africanos, a crise lancinante do Sudeste Asiático são os frutos da querela entre os dois poderosos centros de irradiação ideológica, centros de decisão da política global.

Parece excessivamente simplista atribuir todo o complexo sistema revolucionário atual num bipolarismo que seria o surrão sem fundo da etiologia dos conflitos de nosso tempo. A análise de ser aprofundada. A rivalidade existente entre os dois pólos ideológicos serve como ativante poderoso dos conflitos inerentes aos vários sistemas políticos. Estes se desestruturam em contato com a atividade expropriativa do mercado mundial, que é o perfil moderno do pacto colonial. Os Estados egressos da era colonial, embora tenham atingido o estágio da independência política, obtiveram apenas a soberania formal. Relações diplomáticas "o de igual para igual" com os Estados, antigos senhores, são estabelecidas. A correspondência oficial é cerimoniosa. Entretanto, o núcleo essencial das relações entre um Estado e outro é eliminado: o respeito aos interesses vitais de cada um. Os centros de decisão da política internacional contemporânea utilizam sabiamente os símbolos nacionais dos diversos Estados. Trata-se do aperfeiçoamento do pacto colonial. Das metrópoles partem as diretrizes e bases da economia das diversas periferias. As antigas colônias, tornadas independentes, em astuciosa metamorfose, significou enorme economia para as metrópoles. Desnecessárias se tornam as tropas metropolitanas. A responsabilidade policial é da própria colônia. O direito colonial contemporâneo aparelhou-se para evitar qualquer revolta contra o domínio aparente de uns sobre os outros. A soberania formal possui também a utilidade de camuflar os termos de um comércio que, se levado a conhecimento públi-

co excitaria a ira popular. Os tratados e contratos se realizam em escritórios bem camuflados. Parte da truculência do sistema revolucionário atual pode ser também atribuída às manobras complexas para que governos "fortes" sejam mantidos no poder. O interesse de grupos econômicos com vocação "global" é a de utilizar a duvidosa legitimidade de inúmeros governos, reforçar os símbolos de um Estado que reflita o "nacionalismo" e criando falsa impressão de consenso. O interesse do comunismo russo é também o de manter, no bloco socialista, sob a sua área de influência, a aparência de Estado "socialista", bem como sua duvidosa legitimidade e consenso duvidoso. Não que os Estados dominados pelo poder soviético corram o risco de uma "recaída" capitalista. Mas a poderosa classe militar-burocrática soviética tenta impedir que as rachaduras do sistema soviético acelerem o esboroamento da revolução bolchevista. Isto resultaria no nascimento do verdadeiro socialismo (tão longe da Rússia atual quanto o Cristianismo do Cristo e a psicanálise de Freud).

Na miríade de interesses em jogo, dos objetivos comuns entre grupos econômicos nacionais e estrangeiros, empenhados em manter privilégios e lucros em detrimento de faixas cada vez maiores de populações empobrecidas, sobrevêm crises cada vez mais graves. Os mecanismos de controle e repressão agem em sistema altamente competitivo. O controle do poder formal do Estado, em número de casos, significa mudança em estruturas de interesse. Daí a instabilidade de grupos diversos, como também o investimento de milhões de dólares na manutenção de regimes em sintonia com os interesses comerciais. Sem ser possível nos estendermos no atual caso da Nicarágua, devemos contudo anotar que o poder aparente do Estado, ilegítimo, vinha sendo mantido há quarenta anos por grupos econômicos interessados no *statu quo*. Outro fator significativo foi a mudança ocorrida sem graves abalos na estabilidade da América Central. Daí resultar uma certa margem razoável de manobra dentro dos blocos ideológicos. No bloco soviético nota-se "l'aise" relativa da Polônia. Isto possui a virtude de evitar o alastramento dos conflitos e massacres inúteis. Foi o que faltou, des-

graçadamente, no conflito desenrolado no Camboja e no Laos. Toda uma sociologia da violência está para ser estudada.¹¹

Os conflitos vividos nos vários sistemas políticos podem ser provisoriamente descritos como possuindo diversas origens. Inicialmente, a luta tradicional pelo poder no seio de facções diversas que compõem a classe dominante. Enquanto se limitam a "revoluções de palácio" a escalada da violência é menos abrangente. O grande problema enfrentado pelos Estados africanos revela-se intenso. Neles, a estrutura do poder não repousa em classes já massificadas que possuem nível despersonalizado de relacionamento por efeito da sociedade industrial. As lideranças africanas em seu meio-ambiente político estão imersas em intensa atmosfera de relacionamento pessoal, fruto da solidariedade tribal. Os conflitos, assim, assumem intensidade dramática pelo envolvimento de toda a solidariedade tribal, suporte das variantes do poder político. O modelo do Estado europeu, adotado pelas repúblicas africanas assenta-se sobre estruturas tribais, possuindo constelação de lideranças e solidariedades diversas daquelas tradicionalmente presentes na figura do Estado. Este é o fruto de um momento europeu destinado a preencher objetivos diversos e de uma época diversa. O poder abstrato e impessoal é praticamente desconhecido por uma sociedade intensamente familiar. Triste paradoxo, pois ao invés desta diferença se constituir numa garantia contra as perseguições coletivas, anônimas, bem no molde Stalinista, o extermínio nessas comunidades é implacável, irreconciliável. São grupos de famílias tribais jogados em meio a conflitos desencadeados por interesses de grupos econômicos internacionais (e.g. europeus e americanos). Estes exploram com habilidade as querelas tribais e exacerbam o potencial destrutivo pelo envio rendoso de armas ultra-modernas para... vinganças de ressentimentos seculares entre famílias.

11. Convém recomendar a publicação trimestral do Institut Français de Polémologie. *Études Polémologiques* que vem analisando sistematicamente as guerras no planeta além da crônica trimestral da «violência mundial». Sob a direção de Gaston Bouthoul.

Este universo pessoal intenso, relações essencialmente baseadas em pertences de família, grupos diversos de um todo cultural, explicariam em parte, os massacres ocorridos no Camboja, no Laos, a guerra sino-vietnamita. A analogia com os massacres entre Aztecas, cujas rivalidades foram habilmente exploradas pelos espanhóis, é tentadora, como é também tentador comparar a era interplanetária com o período das Grandes Navegações. Outrora, aventurar além de Gibraltar era considerado pelos navegantes uma aventura mortal. Há bem poucos anos, elevar-se a determinadas altitudes era tecnicamente impossível. As navegações portuguesas e espanholas desbravaram os mitos e modificaram profundamente a noção européia de espaço. Esta primeira revolução tecnológica é responsável por um sistema econômico que padecemos até hoje. No bojo de uma nova idéia de espaço surgiu o espaço colônia-metrópole. E os tratadistas de há bem pouco tempo negavam quaisquer interrupções jurídicas no território metropolitano que se ligava ao administrativamente ultramarino. As convenções Postais internacionais testemunham, até hoje, essa idéia: com efeito, o mesmo preço de uma carta enviada dentro da França é o mesmo para as suas colônias ultramarinas. A noção de território medieval era essencialmente nuclear: o castelo feudal era o ponto de reconhecimento e proteção. O novo território, o novo espaço descoberto pelos navegantes sofrerá, ainda, um ato interpretativo medieval: as Bulas Papais "concedem" um novo território, do qual se ignorava tudo, aos soberanos espanhóis e portugueses. O Tratado de Tordesilhas é um documento muito mais fundado em dados imaginativos do que reais. No afã de controlar o novo espaço que revolucionou a política do continente europeu era necessário domesticar, "batizar" um estado de coisas que violentava até certos pontos da doutrina católica: a viagem de circunavegação realizada por Fernão de Magalhães consagra Galileu e arquiva o seu processo por carência de ação. A diferença que separa o homem da Idade Média do homem à época das Grandes Navegações pode ser melhor aquilatada, hoje, pela descida do primeiro homem na Lua. A ciência contemporânea nos jogou irrever-

sivelmente em limites mal conhecidos de um espaço interplanetário, cujas conseqüências serão muito mais formidáveis do que aquelas desencadeadas pelos grandes descobrimentos. Subitamente nosso espaço como que se encolheu. Por espaço podemos também designar as projeções afetivas de nosso conhecimento experimental. A discussão das várias geometrias após a era de Einstein tornou-se especializada e já faz parte da História da Ciência. Para o homem da Renascença a Terra era compreendida por extensões de terras e mares que desafiavam a imaginação. Para o técnico moderno a Terra se traduz por pequeno painel de laboratório onde são rastreados foguetes interplanetários. Para os pilotos dos aviões super-sônicos que sobrevoavam a estratosfera terrestre no ritual mítico de “segurança nacional”, a viagem ao redor do mundo é a tarefa diária e rotineira. E para os astronautas a “Terra é azul” e microscópica. O ridículo das fronteiras só é superado pela tragédia das desigualdades econômicas.

E as desigualdades econômicas nos desvendam outra fonte de conflitos. A ciência eletrônica e a economia reduziram o Planeta, seus povos e suas culturas a simples capítulo de investimento internacional. As técnicas utilizadas no controle empregam computadores das últimas gerações e uma engenharia eletrônica digna da ficção científica. Entretanto, a mentalidade dos usuários-usurários é a velha economia rapace dos antigos banqueiros financiadores das cortes européias, que carreavam o ouro e a prata da colônia. Embora se proclamem “firmas multinacionais”, continuam sendo as velhas “companhias coloniais” ligadas intimamente ao poder de seus estados nacionais. Os capitais multinacionais gozam do instituto da “proteção diplomática”.¹²

12. Convém citar o trabalho pioneiro de Barbosa Lima Sobrinho. *A Nacionalidade da Pessoa Jurídica*. Belo Horizonte, Ed. da Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1963 (Col. Estudos Sociais e Políticos, v. 23). «Mas o que todos sentimos e nossa experiência aí está não é que se tenha enfraquecido a proteção diplomática. Apenas ela mudou de processos. Tornou-se menos ostensiva, menos espetacular e menos chocante, sem perder nada de sua eficácia e de sua força de pressão.

Os grandes centros da Economia mundial agem em perfeita simbiose com interesses político-nacionais, apesar da idéia (fabricada) de serem empresas "multinacionais". O inquérito parlamentar do Senado Norte-Americano constitui o documento essencial para se abranger a extensão dessa "proteção diplomática".¹³

Trata-se de levantamento de todos os lances de conspiração contra o governo chileno. O adjetivo "multinacional" deve ser compreendido como descrevendo a *origem* dos lucros fabulosos, situada em inúmeros países subdesenvolvidos, as antigas colônias. O contraste é flagrante e explica, talvez, a virulência dos conflitos que tendem a serem globais. Os meios de destruição se desenvolveram de modo inimaginável. A mentalidade guerreira, ao contrário, não deu um passo à frente da velha mentalidade dos piratas e corsários que atacavam com a bênção dos soberanos.

É por isso mesmo que, valendo-se de processos mais dissimulados e insidiosos, pode ter uma freqüência ou uma continuidade que os meios escandalosos não permitiam. Quem pudesse fazer uma História da Política Internacional, no século XX, nos países da América Central ou das Antilhas, mas uma história alimentada com os segredos dos bastidores e os papéis trancados nos arquivos, é que poderia saber o que era hoje a proteção diplomática. O que levaria à conclusão de que qualquer país, cioso de sua independência e de seus melindres, não deve poupar nenhum esforço, para se colocar na situação de quem fechasse todas as oportunidades a essa intervenção, não pela transigência ou pela covardia, mas pela coragem de prescindir de cooperações, aparentemente amistosas, mas carregadas de problemas ou de dinamite». (153).

13. *Multinational Corporations and United States Foreign Policy — Hearings before the Sub-committee on Multinational Corporations of the Committee on Foreign Relations. United States 93 rd Congress. The I.T.T. Company and Chile, 1970-71 March, April. 1973 U.S. Doc. 675.314.*